

## **DA ROÇA À FIBRA: Estruturação do trabalho na cadeia produtiva do sisal**

Ereni da Silva Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

O cultivo do sisal se desenvolve a partir de uma organização produtiva arcaica. O “motor de sisal”, máquina utilizada para a extração da fibra do sisal, oferece constantes riscos de mutilação ao trabalhador. O estudo da dinâmica de trabalho na fase de colheita e produção da fibra do sisal associado à estrutura produtiva sisaleira, em uma perspectiva histórica e atual, constituiu-se o foco de interesse desse trabalho, a fim de elucidar questões voltadas à exploração do trabalho nesse setor produtivo que é tão importante para economia do Território de Identidade do Sisal, situado no nordeste da Bahia. É de relevância destacar a escassez de estudos sobre a produção do sisal, bem como a respeito das relações de trabalho estabelecidas para sua produção, fato que demonstra a importância deste trabalho.

**Palavras-chave:** Sisal, Território de Identidade do Sisal, mutilação.

### **Introdução**

O sisal desde sua implantação no Território de Identidade do Sisal, na Bahia, por volta de 1940, possui uma organização produtiva rudimentar, com ampla utilização de mão-de-obra em função de o trabalho ser, quase exclusivamente, manual, sendo que esta demanda é, às vezes, atendida com o emprego do trabalho infantil devido ao contexto sócio-econômico-cultural em que os trabalhadores estão inseridos. Além disso, o uso de máquinas tecnologicamente atrasadas, como é o caso do “motor de sisal” oferece riscos às pessoas que o utilizam, podendo causar a mutilação de membros superiores (mão e braço).

A ineficiência das técnicas utilizadas, concomitante às limitações naturais, principalmente, geradas pelo período de estiagem, prejudica a produtividade e, associadas às flutuações do preço da fibra no mercado mundial são os fatores mais significativos para a existência de constantes crises da cultura sisaleira. Esse conjunto de fatores acaba por atingir e prejudicar direta e intensamente os trabalhadores do sisal, deixando-os, por vezes, sem a sua principal fonte de renda.

As constantes estiagens periodicamente provocam a paralização da produção do sisal, já que as folhas do sisal murcham inviabilizando a colheita. Nesses momentos, os produtores

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Email: [ereni2013@yahoo.com.br](mailto:ereni2013@yahoo.com.br)

do sisal ficam sem sua principal ou única fonte de renda e, em geral, recorrem a outras atividades para garantir a sobrevivência. É comum aos “sisaleiros” a associação do trabalho na lavoura do sisal a outras tarefas, como, por exemplo, na produção agrícola (mandioca, milho, feijão, etc.) pecuária (principalmente, caprinocultura) e no comércio informal (como ambulantes ou feirantes). Para os trabalhadores que não possuem terras, quando ocorre paralisação do cultivo do sisal, a situação ainda mais se complica, pois as possibilidades de outras fontes de renda são menores, e, muitas vezes, estes trabalhadores passam a prestar serviços diversos nas propriedades rurais de outras pessoas.

Além da seca, o impacto das crises do sisal é outro fator que preocupa a sociedade do Território de Identidade do Sisal, pois durante as crises, via de regra, o preço do sisal é reduzido significativamente e ocorre uma diminuição da produção, causando desemprego e aumentando a pobreza dos trabalhadores e de toda a área.

O Território de Identidade do Sisal compreende 20 municípios situados no Semiárido baiano (Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente) e foi definido a partir da Regionalização do Estado da Bahia em Territórios de identidade, elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Essa regionalização utiliza critérios sociais e econômicos para a delimitação, sendo um dos fatores primordiais nessa regionalização o sentimento de pertencimento da população ao território.

A definição do Território de Identidade do Sisal para esse estudo se deu já que o sisal é o produto mais relevante da economia local, sendo responsável por boa parte da renda gerada e ocupando significativa parcela de trabalhadores. O Território citado é responsável por grande parte da produção do sisal na Bahia e no Brasil, concentra um importante pólo industrial do sisal, cujos produtos, em sua maioria, são exportados, contribuindo para que o Brasil seja atualmente o maior produtor e exportador de sisal do mundo.

O objetivo deste estudo é compreender a dinâmica de trabalho na fase inicial da exploração sisaleira: a colheita e o desfibramento, uma vez que estudar as características das relações de trabalho no sisal é imprescindível para a ampliação do conhecimento sobre a dinâmica de sua cadeia produtiva. O entendimento desse contexto contribui para uma análise aprofundada a respeito da estruturação sócioespacial do Território de Identidade do Sisal.

## **Estruturação do trabalho no contexto de implantação do sisal na Bahia**

A implantação do sisal<sup>2</sup> na Bahia teve início em 1903 por intermédio do industrial baiano Horácio Urpia Jr. que trouxe, da Flórida - EUA, as primeiras mudas de sisal e as plantou em sua propriedade. Esse experimento inicial apresentou resultados que motivaram o industrial a participar da criação de uma companhia para a exploração agroindustrial do produto. Nesse período, o sisal era plantado ainda para fins ornamentais e em cercas vivas nas propriedades dos sertanejos pobres. MARQUES, 2002).

A partir de 1939, o sisal passou a ser cultivado com finalidade econômica tendo, para tanto, o apoio fundamental do Governo Landulpho Alves que através da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia incentivou de diversas formas a implantação da cultura no Estado. Tais incentivos tinham o objetivo de possibilitar aos sertanejos uma fonte de subsistência no campo, dando-lhes condições para atravessar as frequentes estiagens, a fim de fixá-lo ao seu lugar de origem, reduzindo, assim a emigração.

Os principais incentivos promovidos pelo Estado da Bahia foram a distribuição gratuita de mudas em Feira de Santana e Alagoinhas, orientações técnicas de plantio, prêmio para os agricultores que plantassem sisal no nordeste baiano e seguissem as orientações técnicas dadas pela Secretaria de Agricultura da Bahia, e a criação de um campo de lavoura básica de sisal em Nova Soure – Ba. Nem todos esses projetos se concretizaram plenamente. Previam-se, por exemplo, o plantio de 12 milhões de mudas de sisal em Nova Soure, mas, apenas 2 milhões foram plantados. No entanto, esses projetos foram decisivos, pois serviram de base para o cultivo do sisal no Estado da Bahia.

Os incentivos estatais foram muito importantes como ponto de partida para a disseminação do cultivo do sisal na Bahia, porém não deram suporte técnico adequado aos agricultores a fim de proporcionar um maior aproveitamento da fibra, não concederam crédito para financiar o investimento dos pequenos produtores e não promoveram o desenvolvimento

---

<sup>2</sup>Agave sisalana perrine, originária de Yucatan no México. Trata-se de uma planta suculenta, com folhas verdes e lisas. Apresenta grande capacidade de retenção de água, fator indispensável para sua adaptação ao clima semi-árido (MOREIRA, 2002).

de pesquisas com o objetivo de projetar uma tecnologia mais segura a ser utilizada no processo de desfibramento<sup>3</sup>.

A falta de uma tecnologia adequada para desfibrar o sisal fez com que os próprios agricultores inventassem o primeiro instrumento destinado a essa finalidade: o farracho (Figura 1). Tratava-se de um instrumento rústico, feito com uma forquilha de madeira com duas lâminas de ferro, uma delas móvel. De um lado, uma pedra pendurada permitia a pressão suficiente para desfibrar a folha do sisal e, do outro, um pedal feito de vara permitia que o farracheiro movimentasse a lâmina para cima para introduzir a folha do sisal, puxando-a com a ajuda do cambito, feito de vara (CODES SISAL, 2008).



**Figura 1: Farracho**

Fonte: Google Imagens, 2017.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos produtores, a evolução da cultura do sisal no território baiano se deu rapidamente, principalmente por conta de sua adaptação edafo-climática, e em 1946 sua exportação começa a despontar nas estatísticas fazendo o Brasil passar, em poucos anos, de importador da fibra, para um grande exportador mundial (ANDRADE, 2002).

A evolução rápida da cultura sisaleira no País se deu em consequência da II Guerra Mundial que dificultou a importação de similares da fibra do sisal, provocando, desse modo, o “aumento de mercados, devido às necessidades geradas pelo conflito e, sobretudo, devido ao

<sup>3</sup> Desfibramento consiste na etapa mais importante da pós-colheita do sisal e trata-se do processo de retirada da mucilagem que envolve a fibra, com o uso, atualmente, do motor de sisal (paraibana).

incremento da agricultura na América do Norte e nos novos mercados da Europa Oriental e Ocidental” (MARQUES, 2002, p. 16).

Apesar do rápido destaque na pauta de exportação do país, a utilização do farracho no processo de desfibramento do sisal permaneceu exclusivamente até 1940, mesmo após a inserção da máquina paraibana (Figura 2), sendo substituído totalmente, apenas, por volta de 1950 quando houve uma maior disseminação delas devido aos avanços da industrialização do Brasil nesse período.



**Figura 2: Paraibana ou motor de sisal**

Fonte: Arquivo pessoal.

A mudança do processo de desfibramento do sisal, de artesanal com a utilização do farracho, para o processo mecanizado, com o uso das máquinas paraibanas, teve consequências, como bem afirma (CODES SISAL, 2008):

Embora a “máquina paraibana” tenha modernizado de forma significativa o setor, trouxe para a região mudanças significativas: de um lado, alterou radicalmente as relações de trabalho; antes, o farracheiro desfibrava o seu próprio sisal ou de terceiros através da meia; a “paraibana” criou a figura do “trabalhador do motor”, estabelecendo uma relação patrão-empregado até então desconhecida (CODES SISAL, 2008, p. 16).

Os donos de motor, nesse período, faziam parte da classe social de maior renda, eram eles os antigos fazendeiros e latifundiários da região, que com a perspectiva de uma nova e promissora cultura, passaram a substituir as pastagens e outros usos em suas propriedades pelo plantio de sisal. Os trabalhadores do motor, no entanto, eram os mais pobres, provavelmente, os antigos farracheiros.

A inserção das paraibanas não modificou apenas a divisão do trabalho na produção sisaleira, ela provocou um aumento, em termos de quantidade e gravidade, de acidentes no

trabalho, tendo como caso mais sério a mutilação de braço e mão do “cevador”<sup>4</sup>. Segundo Silva; Silva (2003):

Em termos sociais, a região tem tido um destaque nacional negativo em função da existência de um expressivo contingente de trabalho infantil e de trabalhadores mutilados (mãos, braços) pelo uso, no campo, de máquinas de beneficiamento do sisal tecnologicamente superadas (chamadas “paraibanas”). (SILVA; SILVA, 2003, p. 134).

A mutilação ocorre devido ao cevador ter contato direto com a máquina paraibana, como pode ser visto na figura (2). A máquina não foi produzida com segurança suficiente para o processo de trabalho do cevador. Segundo Alves e Santiago (2005):

Durante cerca de 40 anos de produção do sisal no Nordeste brasileiro, a descorticação das folhas tem sido feita com o “motor Paraibano”, cujo maior problema é provocar acidentes que resultam em graves mutilações de dedos, mãos e mesmo parte do braço. Isso porque o trabalho nessa máquina, que gira em alta velocidade, obriga que o operador aproxime as mãos das engrenagens para introduzir as folhas do sisal e para puxar as fibras já beneficiadas (ALVES; SANTIAGO, 2005, p. 9-10).

A partir da década de 1950, alavancou-se a produção sisaleira beneficiada pela modernização implementada pela inserção das paraibanas no processo de desfibramento e, principalmente, pela geopolítica mundial. A década de 1960 representou o período de “glória” da produção de sisal que entrou em declínio em 1973 quando se iniciou a mais intensa crise do sisal provocada pela concorrência com as fibras sintéticas. A partir dessa crise houve momentos de recuperação e declínios sucessivos ao longo das décadas posteriores.

Os momentos de crises repercutem em toda a cadeia produtiva do sisal, fazem o preço do sisal se desvalorizar muito, desmotivando os agricultores a manterem ou criarem novos campos de cultivo da fibra, sendo que vários campos de sisal são abandonados nesses períodos. Os trabalhadores são extremamente prejudicados em situações de crise do sisal, pois muitos deles têm nesse produto sua única fonte de renda. A queda na produção causa desemprego no campo e em todo o setor produtivo do sisal.

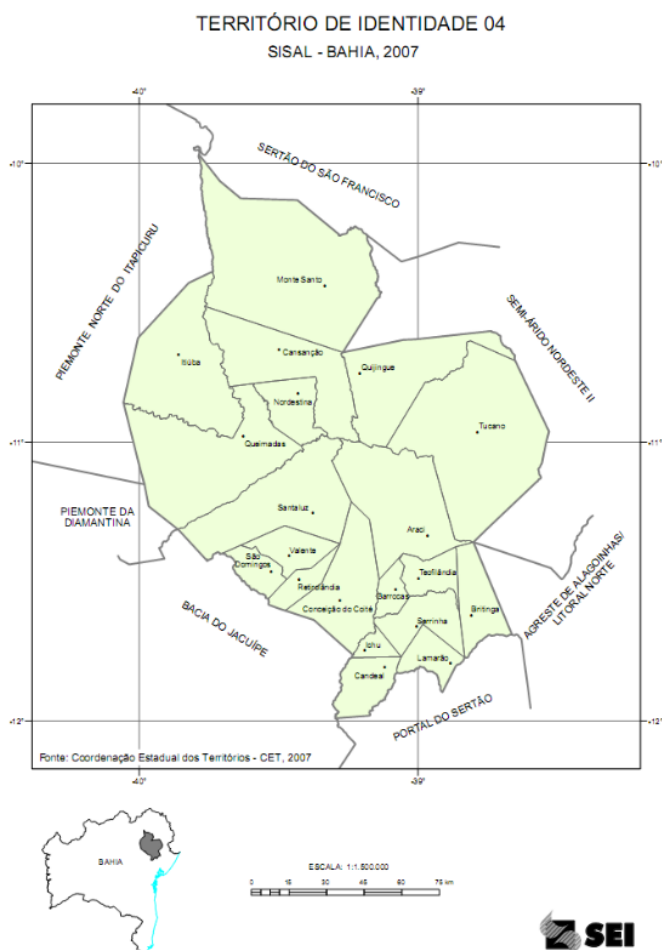
---

<sup>4</sup> cevador ou puxador é uma expressão regional utilizada para designar o trabalhador que desfibra o sisal:

## A cultura sisaleira e configuração do trabalho no Território de Identidade do Sisal

O Território de Identidade do Sisal (Mapa 1), localiza-se no nordeste do estado da Bahia, ocupando uma área de aproximadamente 20.446 Km<sup>2</sup> (Bahia, 2007) onde estão inseridos 20 municípios<sup>5</sup>. Trata-se de um território cujas atividades econômicas predominantes são a pecuária e a agricultura, sendo o sisal, o produto agrícola de maior relevância econômica para o território.

**Mapa 1:**



<sup>5</sup> Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

A grande importância da agricultura no Território de Identidade do Sisal vem de longa data, desde a ocupação inicial de seu território. Este, assim como a maior parte do território sertanejo, começou a ser ocupado já no século XVII. Entretanto, a agricultura só passou a ter maior relevância para a economia local quando, por volta de 1940, o sisal começa a ser plantado com finalidades comerciais.

A cultura sisaleira adaptou-se ao Território do sisal, pois encontrou “as condições ecológicas ideais para o seu desenvolvimento: temperaturas elevadas durante todo o ano, pluviosidade não excessiva, solos areno-argilosos permeáveis, relativamente férteis e topografia aplainada” (LAGE; ARGOLO, 2002, p. 32).

Além das condições ecológicas terem favorecido a inserção e o cultivo do sisal no território sisaleiro, os aspectos socioeconômicos também se constituíram em um fator relevante, uma vez que, historicamente, a sociedade local sofria com a seca e a falta de uma atividade econômica que permitisse aos sertanejos a garantia de sua sobrevivência digna.

A ausência de uma atividade econômica importante que fosse suficiente para gerar emprego e renda necessários a sobrevivência e permanência da população no Território de Identidade do Sisal e, somando-se a isso, os esforços do Estado em promover a cultura do sisal, considerado o “ouro verde” no Estado da Bahia foram fundamentais para a disseminação da cultura no território em estudo.

Inicialmente, o sisal era um produto acessível apenas à elite local, formados pelos grandes latifundiários e pecuaristas, muitos deles políticos ou estreitamente ligados a eles. Os trabalhadores rurais pobres, alguns já farracheiros, passaram a formar a mão-de-obra que plantava, cuidava e desfibrava o sisal. Desse modo, os grandes latifundiários passaram a ser os novos produtores do sisal e donos dos motores ou paraibanas.

O sisal nesse período era um produto exclusivo das grandes propriedades e da elite. O pequeno produtor não tinha possibilidade de plantar o sisal em sua propriedade, pois não possuía a máquina desfibradora. Somente quando houve uma maior cobrança por parte das instituições públicas e da sociedade pelo cumprimento das leis trabalhistas é que esse quadro mudou. Os grandes proprietários para não serem considerados empregadores, começaram a vender os motores de sisal para os próprios trabalhadores/desfibradores e, então, passaram a solicitar seus serviços. Estes, desse modo, tornaram-se apenas prestadores de serviços para os donos dos campos de sisal.



Surge na cadeia produtiva do sisal, então, a figura do “dono de motor”, que eram os antigos “sub-empregados” dos grandes proprietários. Essa nova figura, que seria teoricamente, agora, o empregador faz parte da mesma classe social dos outros trabalhadores, não podendo, portanto, cumprir as leis trabalhistas. Inclusive, os próprios donos de motor trabalham na etapa de desfibramento.

Todo esse processo de reorganização da produção do sisal possibilitou ao pequeno produtor a sua inserção como produtor efetivo de sisal, disseminando, assim, a cultura nas pequenas propriedades, mas, por outro lado, beneficiou os grandes proprietários que não deixaram de produzir, e o fazem, talvez, com os mesmos custos de antes.

A alteração sócia produtiva do sisal contribuiu para que o sisal se tornasse ainda mais importante para a sociedade do território sisaleiro. Atualmente, grande parte dos pequenos produtores, donos de motor, e demais trabalhadores, precisam da cultura e produção do sisal para sobreviver, mesmo com todas as dificuldades relacionadas aos baixos salários, riscos a saúde, não-garantia dos direitos trabalhistas, dentre outros.

O Sisal é a atividade econômica mais importante para o Território de identidade do Sisal, assim considerado pela sua capacidade de absorção de mão de obra, pela própria importância econômica e pela capacidade de servir, também, como pastagem em períodos de estiagem (CODES SISAL, 2008). Além disso, o sisal é bastante utilizado também como fertilizante natural para o solo.

### **Estruturação atual das relações de trabalho na colheita e produção do sisal**

A cadeia produtiva do sisal representa a economia sisaleira, ora dinâmica, ora arcaica. Quando se trata da fase de transformação da fibra na indústria, observa-se a utilização de máquinas mais modernas, a mão-de-obra é formalizada, tem-se o atendimento a legislação trabalhista em vigor. Mas, por outro lado, nota-se o inverso ocorrendo no processo de colheita e desfibramento, onde há o emprego intenso de mão-de-obra, sem garantias trabalhistas, sem segurança no trabalho, além do emprego de uma máquina rudimentar: a paraibana ou motor de sisal.

A indústria de transformação do sisal destina seus produtos ao mercado externo. Alguns países da Europa, Estados Unidos, China e México e se destacam como os principais

compradores da fibra in natura, cordões, cordas, tapetes, etc.. O beneficiamento do sisal feito pela indústria demonstra um avanço quanto ao dinamismo no setor sisaleiro.

A existência de avanços no processamento final do sisal, não corresponde a um fator que se apresenta em toda cadeia de produção. A colheita e o desfibramento do sisal, momentos iniciais da exploração do sisal, compõem as fases mais problemáticas, onde é perceptível, de forma explícita, a exploração do trabalho em condições degradantes.

A colheita do sisal tem início com a figura do cortador de palha. Este trabalhador corta a folha do sisal e a empilha em pequenos 'montes' no campo. Em seguida, o botador de palha recolhe as folhas de sisal cortadas do campo e as leva, geralmente, usando o jegue, para próximo ao motor de sisal onde elas são empilhadas novamente. Essas duas etapas se caracterizam pela predominância de mulheres e jovens, além de crianças, que muitas vezes desenvolvem estes trabalhos.

O corte da fibra é realizado sem quaisquer equipamentos de segurança. Corre-se o risco de picadas de animais peçonhentos e o trabalhador fica exposto ao sol sem nenhuma proteção específica, além do trabalho ser repetitivo.

Após a palha do sisal ser empilhada próxima a paraibana ou motor de sisal, máquina utilizada no desfibramento, entra em cena o resideiro que realiza diversos procedimentos no processo de desfibramento: põe as folhas de sisal ao alcance da mão do cevador e amarra as folhas cevadas, ou seja, desfibradas. Em seguida, quando já tem uma grande quantidade faz fardos e leva para a balança a fim de pesar. Geralmente a balança fica ao lado do motor. E também recolhe o resíduo do sisal. Esse trabalhador, por fazer todas essas atividades chega a ganhar um valor aproximado ao do cevador.

O cevador trabalha no desfibramento do sisal, é ele que opera a paraibana e corre o risco da mutilação, pois suas mãos tem contato direto com a máquina. Trata-se do trabalho melhor remunerado na fase da colheita e desfibramento do sisal, mas é importante frisar que além do fato desse trabalhador correr o risco de ter a mão e o braço mutilados pela máquina, ele fica horas submetido ao barulho ensurdecador gerado pela máquina, sem proteção nenhuma para os olhos e pele que recebe constantemente os resíduos da fibra. Além de executar um trabalho repetitivo que, ao longo do tempo, culmina, muitas vezes, em problemas articulares que dificultam os movimentos.

A fibra verde gerada no processo de desfibramento precisa ser espalhada a fim de secar adequadamente. Entra em cena, então, a última figura da fase de colheita e processamento inicial da fibra: o estendedor. Este trabalhador coloca a fibra no campo, espalhada sobre arames, para secar ao sol e as recolhe para o armazém. Em geral, essa função é exercida por mulheres e crianças.

Percebe-se pela descrição realizada acima que o trabalho nas etapas de colheita e desfibramento é realizado sem quaisquer equipamentos de proteção individual, o pagamento ao trabalhador é realizado semanalmente a partir do rendimento, o que culmina, quase sempre, em trabalho excessivo e baixa remuneração.

A máquina empregada no desfibramento, a paraibana ou motor de sisal, é rudimentar. Utilizada desde a implantação do sisal na Bahia na década de 1950, apresenta ruído excessivo ao ser operada, funciona a partir de uma manivela que precisa ser girada com intensidade, oferece um risco imenso ao operador, já que há o contato direto com as mãos do cevador e o processador da fibra.

O trabalhador do sisal enfrenta outro problema no momento da aposentadoria, já que ele é considerado como empregado do dono da paraibana. Essa configuração empregador-empregado que se estabelece demonstra como é frágil a fase de colheita e desfibramento, uma vez que o dono do motor não apresenta condições para arcar com as obrigações de empregador, garantindo salário e todos os direitos trabalhistas para quem está envolvido no trabalho de extração da fibra.

A prática demonstra que o dono de paraibana se encontra em uma situação social muito próxima aos trabalhadores da colheita e desfibramento. Ele presta serviço ao dono do campo de sisal e recebe uma parcela dos rendimentos da fibra, fica com a parte que lhe cabe e distribui o restante do valor como pagamento aos trabalhadores. É muito frequente ao dono do motor ter dificuldades de manutenção da própria máquina, muitas vezes, quando a paraibana quebra, ele precisa tomar dinheiro emprestado nas batedeiras, nome dado às intermediárias, uma espécie de fábrica com estrutura arcaica que faz o processo de limpeza e seleção da fibra e a vende para as indústrias propriamente ditas, que fazem de fato a transformação do sisal.

O trabalhador do sisal, muitas vezes, fica sem se aposentar, já que será considerado como empregado, mas nunca houve recolhimento de contribuição para a previdência social. Conhecendo esse fato, a maioria desses trabalhadores costuma comprovar alguma posse de

terra, omite o fato de ter trabalhado no processo de colheita e desfibramento do sisal, para assim se enquadrar na categoria de agricultor que será considerado pela previdência social como segurado especial.

### **Considerações finais**

A estrutura produtiva do sisal não apresenta alterações significativas desde 1950, permanece usando a paraibana para efetivar o desfibramento, máquina essa que não oferece segurança, podendo causar mutilação, além de apresentar ruídos extremamente altos prejudicando a saúde do trabalhador.

O trabalho no sisal continua sendo feito sem a proteção adequada tanto para se proteger dos raios solares a que os trabalhadores estão expostos permanentemente, quanto para se proteger das picadas de insetos, ferimentos pelos espinhos e outros. A remuneração é muito baixa, com uma carga horária de trabalho exaustiva. Além de que, apesar dos esforços o trabalho infantil permanece sendo um problema, pois continua sendo utilizado nas etapas produtivas do sisal.

A cultura sisaleira por não ter passado por processos de adequação ao longo do tempo é realizada com baixo índice de capitalização e modernização, o que acarreta baixo rendimento e aproveitamento da planta.

A alternativa para minimizar esses problemas perpassa pelo fortalecimento da cadeia produtiva do sisal, gerando independência e competitividade no mercado. Para tanto é necessário agregar valor ao produto no próprio Território de Identidade do sisal, através do processo industrial e artesanal, com aproveitamento da fibra do sisal no mercado interno para setores como o automobilístico e de construção civil, dando novos usos aos seus subprodutos.

É necessário ainda para o fortalecimento da cadeia produtiva do sisal incentivos técnicos e financeiros aos produtores nas etapas iniciais da produção, com orientação técnica no plantio e na colheita, além do desenvolvimento de uma tecnologia de desfibramento mais moderna e adequada.

## Referências Bibliográficas

ALVES, M. O.; SANTIAGO, E. G. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino.** 2005. Disponível em: [www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Artigos/docs/sisal.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Artigos/docs/sisal.pdf), acesso em 25 de novembro de 2011.

ANDRADE, B. P. Sisal e sociedade rural: o caso de Valente e Santa Luz – Bahia. In: LAGE, C. S. *et al.* **O sisal baiano: Entre natureza e sociedade: uma visão multidisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2002, p. 71-80.

BAHIA, Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos . Mapa do Território do Sisal. 2007. disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio\\_identidade/pdf/sisal.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/sisal.pdf), acesso em 31 de março de 2017.

CODES SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal.** 2008. Disponível em: [sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio043.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio043.pdf), acesso em 31 de março de 2011.

Google Imagens. **Farracho.** disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/58203760>, acesso em 21 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Paraibana.** disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/58203760>, acesso em 21 de janeiro de 2012.

LAGE, C. S.; ARGOLO J. L. Unidades de paisagem da Região Sisaleira: uma análise da relação relevo-estrutura. In: LAGE, C. S. *et al.* **O sisal baiano: Entre natureza e sociedade: uma visão multidisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2002, p. 31-37.

MARQUES, Nonato. Histórico sobre a cultura do sisal. In: LAGE, C. S. *et al.* **O sisal baiano: Entre natureza e sociedade: uma visão multidisciplinar.** Salvador: EDUFBA, 2002, p. 15-18.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2003.